Diário de bordo

Controvérsias



Roberto Rodrigues*

O PROTECIONISMO, em todas as suas formas, é tema dos mais controversos nas cadeias produtivas do agronegócio em todo o mundo.

Os interesses econômicos em jogo são gigantescos, afetando setores poderosos e até mesmo a economia de países inteiros.

Mas, não há dúvida de que o protecionismo, via de regra, acaba produzindo distorções no mercado. É claro: se um produtor de leite de um país europeu não puder competir com seu colega da Nova Zelândia, o governo do país prejudicado pela concorrência natural coloca tarifas nas importações lácteas neozelandesas para proteger seus produtores. Sem esta proteção, que ainda pode ser acrescida de subsídios ao crédito ou ao preço do leite, os europeus podem ser excluídos do mercado, gerando problemas sociais, políticos e econômicos que o governo terá que resolver. Ora, mantendo o produtor em sua atividade, não há mais problemas. Mas, por outro lado, o produtor neozelandês perde o mercado europeu. E isso acaba mexendo com o mercado global de leite, porque a Nova Zelândia vai buscar outros países onde não haja subsídios, até por falta de recursos oficiais, e isso poderá também prejudicar os produtores destes outros países.

Daí a grande dificuldade em lidar com o assunto, e os interesses dos países ricos terminam inibindo até o avanço da Rodada de Doha da OMC.

Mas, volta e meia, setores afetados pela livre economia buscam proteção junto aos governos de seus países.

Vivemos no Brasil, neste momento, um interessante dilema a esse respeito.

Duas poderosas empresas brasileiras, a Petrobras e a Vale, estão pleiteando junto ao Governo a imposição de tarifas para a importação de matérias-primas para a fabricação de fertilizantes, que, hoje, não existem.

Ocorre que nosso País importa mais de 75% do fertilizante que consumimos. Como a expansão da área agricultável se dará basicamente sobre o Cerrado, cuja terra é muito pobre, a perspectiva é de ainda maior necessidade de fertilizantes.

O Governo estimulou essas duas grandes empresas a investirem na produção dessas matérias-primas. Agora, alegando dificuldade na obtenção de lucro, ambas querem tirar as matérias-primas da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC). A mudança proposta aumentaria o preço entre 4% e 6%, dependendo do produto (estas seriam as tarifas).

Há um argumento importante por trás desse pedido: a produção nacional é onerada em até 40%, de acordo com a Abiquim, inclusive por causa do ICMS, enquanto o produto importado é isento de taxas. Faz sentido, portanto, a isonomia tributária.

Por outro lado, garantir lucro para duas megaempresas oneraria o universo total dos produtores rurais brasileiros, encarecendo a produção de alimentos e lhe tirando a competitividade internacional. E isso não faz sentido. Muito mais lógico é reduzir a tributação sobre a produção nacional. Mas, aí, caímos no buraco negro da reforma tributária.

E há outros argumentos: com a desvalorização do real, a importação já ficou bem mais cara do que nos anos anteriores, e isso já onera o custo agrícola. E há ainda o velho problema do custo de transporte marítimo: essas matérias-primas importadas têm o frete acrescido de 25% da taxa da Marinha Mercante. Os fabricantes nacionais de adubos afirmam que isso já leva à isonomia reclamada pelos dois gigantes.

Na outra mão, as importações de combustíveis, inclusive feitas pela Petrobras, são subsidiadas e vêm derrubando o resultado da empresa.

Em 2012, foram importados 137 mil barris de óleo diesel por dia! E, em novembro, chegou-se ao pico de 313 mil barris/dia, equivalente a 14% da demanda nacional. A importação de gasolina, em 2012, foi de 65 mil barris/dia, ou 12% do consumo total.

Isso vem crescendo em 2013, com o aumento do consumo, e trouxe prejuízo à Petrobras, que subsidia o preço destes combustíveis, vendendo-os internamente por um preço menor do que compra lá fora. Subsídio que perturba a Petrobras e o belo setor dos biocombustíveis...

Nota: um barril tem 158,984 litros. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo